

Semiárido em tela: processos educomunicativos na produção de documentários sobre convivência

Raquel da Silva Santos

Sandra Raquew dos Santos Azevedo

O documentário é um gênero do cinema que possibilita a quem produz registrar leituras de realidades a partir de um olhar subjetivo. As imagens são entendidas nesse contexto não apenas como espelhos de uma dada mentalidade, mas como constituintes de dado imaginário e produtoras dessa realidade social, carregadas de símbolos e intenções. O cinema documentário entendido como um documento para se ler e produzir realidades é o ponto de partida para o projeto *Semiárido em Tela*. O projeto iniciou suas atividades em 2013 junto ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa)¹ com objetivo de popularizar a

1 O Insa foi criado pela Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004, como unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) no município de Campina Grande - PB, na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006. Como uma instituição federal de pesquisa, articula, realiza, promove e divulga Ciência, Tecnologia e Inovação como patrimônios universais para o bem da sociedade e, particularmente, do Semiárido brasileiro

ciência através de oficinas em auto-registro audiovisual com e pelos moradores das comunidades rurais e urbanas do Semiárido brasileiro. Essas comunidades eram definidas junto a grupos de pesquisadores do Insa que já desenvolviam pesquisas nesses lugares.

Em cada uma das comunidades eram realizadas três etapas do Projeto durante cerca de três a quatro meses, esse tempo variava de acordo com cada local, conforme descrevemos: (1) Articulação e Mobilização com entidades/lideranças e comunidade; (2) Realização das oficinas, subdivididas em módulos: Módulo I – Introdução ao fazer ciência e ao cinema. Módulo II – Pesquisa e Roteiro: Quais histórias podem tornar filmes e por que é importante contar tais histórias. Módulo III – Produção de curta-metragem. Módulo IV – Edição e Finalização e (3) Mostra de Cinema como culminância do Projeto, os próprios participantes organizavam a produção do evento para exibição dos filmes para a população local.

Ao todo, o Projeto Semiárido em Tela no período de 2013-2016 percorreu nove localidades, sendo quatro urbanas: Custódia (PE), Nova Palmeira (PB), Campina Grande (PB) e Ibimirim (PE) e cinco rurais: Comunidade quilombola Buenos Aires (Custódia – PE), Comunidade quilombola Serra do Abreu (Nova Palmeira-PB), Assentamento Vitória (Campina Grande-PB) e Assentamento Oziel Pereira (Remígio-PB) e Comunidade Poço das Pedras (São João do Cariri – PB). Neste trajeto 28 documentários² de curtas metragens foram produzidos, seis mostras de cinema e uma exposição fotográfica foram realizadas.

Entre 2016-2018 quatro do total de documentários produzidos de comunidades distintas pelo projeto tornam-se objeto de estudo acadêmico, cuja dissertação “Semiárido em Tela: possibilidades nos modos de ver e perceber a Convivência” foi defendida no dia 29 de junho de 2018, no Programa de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este artigo reflete como os documentários produzidos pelos participantes do projeto articularam imagens de convivência com o semiárido e de que modo esses audiovisuais contribuíram

2 Os documentários podem ser vistos no canal do Semiárido em Tela no youtube: https://www.youtube.com/channel/UCi3kPE2Va_6SGWZal6xV00A

para transformar os modos de ver e estar nesse lugar, historicamente marcado por imagens estigmatizadoras.

Os documentários trabalhados foram *“Agroecologia no semiárido”* produzido pelo assentamento Oziel Pereira, em Remígio-PB, *“Semana de Popularização da Ciência no Semiárido”* produzido pelos estudantes de Ibimirim-PE, *“Plantas Medicinais – uma experiência que deu certo”* produzido pelos participantes de Nova Palmeira e *“Ouro Verde”* produzido pela comunidade de Poço das Pedras, em São João do Cariri – PB. Para melhor compreender esse processo de representação social do território do semiárido brasileiro, a partir de seus sujeitos sociais, trabalhamos com a realização de grupos de discussão comunicativa para dialogar e refletir sobre os conteúdos dos documentários. Essa técnica de grupo faz parte da metodologia que norteou esse estudo: a Metodologia Comunicativa Crítica que vem sendo desenvolvida pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA) da Universidade de Barcelona.

Pontuamos o educomunicativo do Projeto Semiárido em Tela afirmando a relevância deste campo de conhecimento não enquanto ferramentas/instrumentos pedagógicos, mas como processo de valorização de narrativas contra-hegemônicas que problematizam a realidade do semiárido brasileiro, a partir da narrativa cinematográfica construída pelos sujeitos inseridos nesse território, de seu exercício de ver, simbolizar e constituir um mapa cultural a partir de suas raízes.

Contudo, antes de aprofundarmos a perspectiva educomunicativa na produção audiovisual do Projeto Semiárido em Tela, se faz importante apresentar em qual contexto e espaço político que os documentários foram concebidos. No semiárido brasileiro há anos existe uma disputa de narrativas estimuladas pela mercantilização da água através da indústria da seca, o que contribuiu para a construção de imagens e de um histórico imaginário social estigmatizador. A política de combate à seca nega todo o processo histórico de formação da região e induz a permanência desse imaginário. Em contraponto, outro paradigma surge com o intuito de Conviver com o Semiárido, entendendo que as condições adversas presentes não sobrepõem as formas de vida, e sim podem coexistir.

A concepção de Convivência com o Semiárido em contraposição da política de combate à seca

O Semiárido Brasileiro (SAB) ocupa cerca de 20% do território nacional, abrange 1.262 municípios brasileiros e abriga cerca de 12% da população do país. A maior parte situa-se no Nordeste do país e também se estende pela parte setentrional de Minas Gerais (o Norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha), ocupando quase 18% do território do estado. O Semiárido está em dez estados do Brasil: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE). Ou seja, estamos falando de uma das regiões mais populosas do Brasil, com 25 milhões de brasileiros, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), sendo aproximadamente 62% na área urbana e cerca de 38% no espaço rural (IBGE, 2010), que tem na Caatinga seu principal bioma.

Para entender a convivência com o Semiárido optou-se por trazer à tona o sentido atribuído à expressão: conviver, enquanto possibilidade de viver em companhia de outro ou outros, “relacionar-se, viver em comum com. Seja este outro uma pessoa ou um grupo inserido em um determinado ambiente”. (MICHAEIS, 2009). A expressão convivência se relaciona à ideia de coexistência pacífica de grupos humanos em um mesmo espaço, ampliando-se para uma perspectiva de harmonização entre população e ambiente. Portanto, se aplicada ao universo do Semiárido, contrapõe-se ao movimento de saída do campo para a cidade, como alternativa viável de atendimento às necessidades. Nos dizeres de Roberto Malvezzi conviver é encontrar formas saudáveis, harmoniosas e integradas de fazer parte de determinado ambiente. No caso do Semiárido, para o autor, o entendimento de convivência reside

[...] em compreender como o clima funciona, e adequar-se a ele. Não se trata de acabar com a seca, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. (MALVEZZI, 2007, p.12).

Assim, promover a convivência com o Semiárido implica a apreensão de outras práticas ambientais, culturais, sociais e econômicas, favorecendo uma nova forma de olhar a região. Ainda nesse sentido, refletiu-se que a convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias

[...]. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades. Nesse sentido, o desenvolvimento do Semiárido está estreitamente ligado à introdução de uma nova mentalidade em relação às suas características ambientais e a mudanças nas práticas e no uso indiscriminado dos recursos naturais. (CONTI; PONTEL, 2013, p.27).

Do ponto de vista teórico, a convivência com o Semiárido tem sua referência original proveniente da expressão convivência com a semiaridez, adotada por Guimarães Duque e posteriormente por Celso Furtado. A partir daí o termo foi apropriado pelas organizações que atuam no Semiárido. Inicialmente esta apropriação se deu através da noção de convivência com a seca, e depois como convivência com o Semiárido. Desde então, quando seu conteúdo ainda era empírico, descritivo e calcado em práticas e exemplos, a expressão passou a ser amplamente divulgada por ONGs que atuavam e atuam com a temática do desenvolvimento rural sustentável. Nessa perspectiva, o conceito de convivência com o Semiárido perpassa

[...] pela instituição de uma nova visão do Semiárido – geradora de novos modos de organização social, políticas de desenvolvimento, valores e constructos culturais – e, do ponto de vista micro-social para a consolidação da comunidade como lócus da produção de conhecimento e geração de processo que viabilizem a convivência com o Semiárido. (SILVA, 2002, p.161).

A mudança que se busca com práticas de sensibilização em favor desse conceito presume transformações culturais e políticas que vão além da implantação

das tecnologias sociais. Significa ajustar o foco para olhar o Semiárido, precisa cada vez mais atingir não só a população do campo, mas, a sociedade em geral. É nessa perspectiva que trabalha o Projeto Semiárido em Tela. O conceito de convivência com o Semiárido vem sendo afirmado também em um espectro mais amplo, a partir das lutas das organizações da sociedade civil, a exemplo das inúmeras entidades filiadas à ASA, além de movimentos sociais e das populações locais, como Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mais recentemente, a noção de convivência com o Semiárido, de maneira gradual, também vem sendo incorporada pelo poder público em suas diversas instâncias de governo, nos estados e no próprio Governo Federal, na perspectiva da implantação de programas e políticas públicas. A interlocução recente entre poder público e sociedade civil promove diálogos articulados entre a implantação das novas tecnologias e a resistência e combate a projetos de impacto que, a despeito do potencial econômico que podem desenvolver, não trariam benefícios para a população local das regiões afetadas, por se tratar de projetos que têm como foco o desenvolvimento econômico, pautado no investimento no agronegócio.

No seio da ideia de convivência com o Semiárido, Silva (2006) refletiu também sobre os seus sentidos, que foram resumidos em cinco aspectos. Sobre cada um dos sentidos, Conti e Pontel (2013) refletem de maneira específica, no que toca aos seus significados, o que gerou o quadro a seguir:

Quadro 1. Os sentidos da Convivência com o Semiárido

Sentidos	Aspectos Envolvidos
Convivência com o meio ambiente.	Manejo e uso sustentáveis dos recursos naturais num ecossistema, sem inviabilizar a sua reprodução, em vista do equilíbrio do espaço comum vivido.
Economia da convivência.	Capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais e culturais em atividades produtivas e apropriadas ao meio ambiente.

Convivência com a qualidade de vida.	Possibilidade de viver bem com os outros seres em um lugar, satisfazendo as necessidades fundamentais como condição de expansão das capacidades humanas e da melhoria da qualidade de vida, concebida como redução das desigualdades, da pobreza e da miséria.
Cultura da convivência.	Reconstrução dos saberes da população local sobre o meio em que vive, suas especificidades, fragilidades e potencialidades, gerando a formação de uma consciência sobre a realidade local e sobre as formas apropriadas de conceber, compreender e incidir em uma determinada realidade socioambiental.
Dimensão política	Destaca iniciativas de mobilização da sociedade civil, via redes de movimentos e organizações sociais, que propiciam a disseminação dos valores sociais da convivência com o Semiárido e pressionam pela melhoria de suas condições econômicas e socioculturais, apontando para a necessidade de políticas públicas permanentes e apropriadas que superem as estruturas de desigualdades, de concentração de terra, renda e água.

Fonte: quadro criado pela autora a partir do artigo de Conti e Pontel (2013)

A Declaração do Semiárido Brasileiro reafirmou esses sentidos quando trouxe à tona entre suas premissas centrais a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; e a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção. A carta defende ainda que é preciso uma política adequada ao Semiárido, envolvendo a participação dos sujeitos na perspectiva da valorização da diversidade e ao fortalecimento da sociedade civil, destacando a inclusão de mulheres e jovens, além de orientação dos investimentos, de maneira sustentável e a preservação dos recursos naturais.

A perspectiva educomunicativa na execução e nos estudos sobre os documentários do Projeto Semiário em Tela

O termo Educomunicação foi ressemantizado ao final de um trabalho de pesquisa realizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/ECA/USP), entre 1997 e 1999, junto a especialistas de doze países da América Latina, bem como países da Península Ibérica, para saber o que pensavam os coordenadores de projetos na área e qual o perfil dos profissionais que trabalham nesta inter-relação³. A prática que originou o conceito surgiu nas décadas de 1960 e 1970, em ambientes não formais (“educação popular” e “comunicação alternativa”), nos embates da luta social por novos e mais abertos espaços de comunicação e expressão.

Esses movimentos, através de uma perspectiva dialética, com forte influência do educador Paulo Freire, trabalhavam os campos da Educação e Comunicação de forma relacional, visando, entre outros aspectos, aguçar a criticidade dos envolvidos frente às mensagens emitidas pelos meios massivos de comunicação.

Diferentemente do que ocorreu em outros continentes, o maior volume da prática deu-se, na América Latina (...). No caso, o que as ações e cursos das entidades envolvidas pretendiam discutir não era exatamente o impacto das mensagens sobre suas audiências, mas a relação que os receptores estabeleciam com os meios de comunicação, ou, em outras palavras, o modo como as audiências reagiam e se articulavam ao receber e ressignificar os conteúdos midiáticos (SOARES, 2011, p. 34).

Nos anos 1980, o procedimento chegou à esfera pública e começou a ser notado no ambiente escolar. Em novembro de 1999, após tomar conhecimento dos resultados da pesquisa do NCE/ECA/USP, o Ministério da Educação (MEC) incorporou-os ao documento final do encontro Mídia e Educação - que reunira, em São Paulo, 150 empresários, produtores e autoridades dos campos da Comunicação Social e da Educação de todo o país - afirmando: “Reconhecemos a inter-relação entre Comunicação e Educação como um novo campo de inter-

3 SOARES, 2009, p. 165.

venção social e de atuação profissional, considerando que a informação é um fator fundamental para a Educação.” (SOARES, 2009, p. 163).

Desde então, o termo Educomunicação passou a ser utilizado não só pelas universidades, como também por muitas ONGs, que antes empregavam outras nomenclaturas para definir as ações educocomunicativas, como “educação para os meios”, “educação pela comunicação”, ou “mídia-educação”. Contudo, segundo Cicilia Peruzzo (2002), na América Latina, e mais especificamente no Brasil, as experiências de comunicação popular promovidas pelos movimentos sociais já utilizavam uma perspectiva cidadã e tinham como base o fazer coletivo, as temáticas que eram abordadas por meio de processos educocomunicativos, mas que até então não eram chamados como tal, tratavam de direitos humanos, ecologia, construção da paz, entre outros temas.

A Educomunicação surge então para romper com uma prática de comunicação unidirecional em prol do circuito dialógico, propondo, em lugar da comunicação massiva, uma contra-hegemonia.

[...] a Educomunicação não emerge espontaneamente num dado ambiente, levando em conta, por um lado, a tradição hierarquizante dos processos tradicionais de ensino e, por outro, a hegemônica verticalidade dos processos comunicativos. A construção deste novo ecossistema educocomunicativo requer, portanto, uma racionalidade estruturante: exige clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e avaliação. No caso, exige, sobretudo, uma pedagogia específica para sua própria disseminação: uma pedagogia de projetos que permita a experimentação (SOARES, 2010, p.9).

Assim, a Educomunicação é composta por cinco grandes áreas que são complementares entre si e não excludentes. Segundo Soares (2009) trata-se de uma síntese teórica que visa aglutinar várias ações e muitos projetos possíveis de serem implementados: (1) Educação para a comunicação; (2) Mediação tecnológica na educação; (3) Expressão comunicativa por meio das artes; (4) Gestão comunicativa; e (5) Reflexão epistemológica: que vê a inter-relação Comunicação e Educação como fenômeno cultural emergente e instiga projetos de pesquisa para legitimação do novo campo.

O campo da Educomunicação ainda se pauta pela construção de uma modalidade aberta e criativa de relacionamento, contribuindo para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia para a aprendizagem e convivência. A promoção de ecossistemas comunicativos abertos começa com a abertura à participação inspirados nas experiências e no termo criado por Jesus Martín-Barbero (1997) na América Latina. É aí que encontramos na Educomunicação um novo campo que emerge engajado na transformação social e que considera a infância e a juventude como seu público-alvo para desenvolver e ampliar as condições de expressão por meio de um processo educativo que leva em conta o mundo das comunicações e suas tecnologias, privilegiando a construção da cidadania.

Nos documentários produzidos pelos jovens e educadoras/professoras no Semiário em Tela, acontece uma reflexão sobre os conteúdos referentes ao Semiário, sobre a mídia, não somente para aprofundar conhecimentos ou alongar as discussões, mas para resolver as dúvidas que ficam de fora dos espaços que eles normalmente frequentam e que também são considerados educativos. Nessa experiência os educandos comprovam que também “tem o que dizer”. E, nesse momento, que eles se tornam sujeitos de suas palavras, de seus jeitos de verem o mundo e participantes em um diálogo, que ele não somente se apropria do conhecimento, mas também constrói novos conhecimentos e, além disso, torna-se cidadão autônomo, participante e autocrítico.

De acordo com Angela Schaun (2002) o conceito de mediação também é discutido como essencial nos processos educocomunicativos frente à realidade dominada pelos meios de comunicação de massa, como as redes sociais. “A educomunicação supre um espaço de dialogicidade e busca integrar os vários compartimentos do discurso educativo do saber, numa perspectiva de juntar aquilo que foi separado ao longo da história” (p.81). Dessa forma, pensar a educação para a formação de uma pessoa crítica, sujeito de sua aprendizagem, antes de tudo, deve fazer parte de uma tomada de decisão, por parte de quem está como educador. Adotando práticas que não permitam que aquele espaço de aprendizagem se torne um momento no qual alguém “que sabe fala” (professor) e “aquele que não sabe escuta” (aluno), mas sim de abertura, de diálogo e construção do conhecimento.

“Este campo caracteriza-se pelas atividades de intervenção política e social fundamentada na experiência e na formação crítica dos processos históricos, sempre voltadas para uma perspectiva de leitura crítica dos meios de comunicação, atuando no âmbito do ensino formal e não formal, nas empresas, nos meios de comunicação, nos movimentos populares, nas organizações não governamentais. Eles atuam junto a públicos diversos e específicos, de todas as faixas etárias e grupos sociais minoritários e/ou socialmente excluídos ou estigmatizados”. (SCHAUN, 2002, p.82)

Além da apropriação do conhecimento, o espaço do Semiárido em Tela se tornou um ambiente para o cultivo da cidadania e da conscientização, no qual os participantes, sem deixarem de se divertir, também aprendem a responsabilidade e a seriedade no tratamento das informações, discutindo assuntos como política, cultura, agroecologia, educação, entre outros, deixando de desempenhar o papel simplesmente de receptores, mas produtores de conhecimento e exercitando seu senso crítico, com capacidade de refletir e ponderar sobre sua sociedade, possibilitando a superação de mero admirador de um espetáculo.

Metodologia Comunicativa Crítica: quando o pesquisador(a) e pesquisado(a) participam da ação em comunidade

A Metodologia Comunicativa Crítica foi escolhida porque a entendemos como um instrumento de compreensão da realidade e possibilidade de reflexão para transformação, por isso buscamos construir o conhecimento nessa trajetória junto às comunidades e por acreditar que este percurso metodológico está em consonância com a proposta de investigar de forma dialógica e participativa se os documentários transformaram os modos de ver e pensar dos participantes do projeto Semiárido em Tela.

Este marco metodológico rompe com a hierarquia epistêmica entre quem investiga e quem é investigado. Esta característica base da metodologia, de uma produção de construção comunitária, encontra relação direta com a perspectiva educomunicativa deste estudo. A Metodologia Comunicativa Crítica (MCC) vem sendo desenvolvida e utilizada desde 1990 na Europa, fundamentalmente pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualda-

des (CREA) da Universidade de Barcelona e, recentemente, no Brasil pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa da Universidade Federal de São Carlos (NIASE/UFSCar), assim como pela pesquisadora Donatila Ferrada, no Chile.

Tal metodologia corresponde, no campo da pesquisa, ao referencial da aprendizagem dialógica, no campo da ação, valendo-se da ação comunicativa de Jürgen Habermas (2012.1v e 2012.2v) e do conceito de dialogicidade de Paulo Freire (1987 e 2014), tendo o diálogo como o centro da construção de consensos democráticos, pautados na validade de argumentos⁴. À luz desses referenciais, a MCC inscreve-se nas perspectivas transformadoras evidenciadas pela intersubjetividade e reflexão, buscando superar a dicotomia objeto/sujeito, partindo da capacidade de linguagem e ação que possuem todas as pessoas envolvidas numa investigação.

Os principais objetivos da metodologia são construir significados de forma comunicativa por meio da interação e diálogo entre as pessoas em uma tentativa de transformar os contextos sociais através da ação comunicativa, potencializando a reflexão e autorreflexão crítica. Seguindo as compreensões da metodologia comunicativa crítica, citamos os seus postulados: Universalidade de linguagem e da ação; As pessoas são agentes sociais transformadores; Racionalidade comunicativa; Sentido comum; Não há hierarquia interpretativa; Igual nível epistemológico⁵; Conhecimento dialógico (GÓMEZ, et al., 2006 p.40-47).

4 As autoras e os autores do CREA, na elaboração da MCC, relacionam distintas bases teóricas, as quais não correspondem apenas à ação comunicativa de Habermas e dialogicidade em Freire. Porém, tais teorias são as principais e correspondem a elementos chaves para a construção do conhecimento, cujo eixo é a transformação social. Neste artigo não aprofundaremos as demais bases teóricas, mas citamos algumas para conhecimento da leitora e do leitor: sociologia fenomenológica de Schutz, interacionismo simbólico de Mead, etnometodologia em Garfinkel; autores como Berger e Luckman; Searte, entre outros (CREA, 1995-1998, p.55-59).

5 A autora e os autores avaliam a dificuldade deste postulado, dizendo que é difícil alcançar esta igualdade, já que a pessoa que investiga quer compreender e explicar um fenômeno e utiliza teorias da comunidade científica internacional sobre o tema do estudo, mas precisa se colocar em igualdade com as outras pessoas que apresentam os seus conhecimentos, vivências e saberes a partir de suas experiências práticas, do mundo da vida de cada um/a.

Diante desses postulados Flecha, Gómez & Puigvert (2001) apontam a questão que deve guiar a atuação das ciências humanas: “*em función de qué factores las personas y los grupos se acercan o se alejan más de sus intenciones?*” (p.154). Trata-se de descrever os obstáculos e os elementos transformadores já presentes na atual sociedade. Nessa direção, a MCC se propõe a analisar dois eixos fundamentais: os elementos transformadores e os obstáculos apresentados. Tais eixos garantem o aspecto transformador buscado nessa metodologia, na medida em que é possível explicitar os obstáculos, o que é refletido com os grupos participantes da pesquisa.

Las dimensiones exclusoras son aquellas barreras que algunas personas o colectivos encuentran y que les impiden incorporarse a una práctica o beneficio social como, por ejemplo, el mercado laboral, el sistema educativo, etc. Si no existieran tales barreras, esas prácticas o beneficios sociales estarían a disposición de las personas o colectivos excluidos. Las dimensiones transformadoras son las que contribuyen a superar las barreras que impiden la incorporación de las personas y/o colectivos excluidos a prácticas o beneficios sociales. (GÓMEZ et al., 2006, p.95-96)

Os elementos transformadores são aqueles que permitem ajudar a situar os avanços dos sujeitos da pesquisa na realidade concreta, enquanto os elementos que se colocam como obstáculos correspondem às dificuldades indicadas pelos sujeitos, nessa mesma realidade concreta da vida cotidiana dos sujeitos participantes da pesquisa.

O sentido de convivência para os jovens realizadores do Semiárido em Tela

De maneira formal, o conteúdo sobre a convivência com o Semiárido para aportar à prática dos jovens e professoras/educadoras foi facilitada pelo Semiárido em Tela durante sua execução e também através de processos de formação e da orientação ao trabalho durante a realização da dissertação de mestrado. Todavia, a apropriação do conceito e dos sentidos da convivência com o Semiárido pode envolver também a trajetória pessoal e estudantil e ou profissional de cada pessoa. Muitas das histórias que alguns dos participantes deste estudo apresentaram, deixaram claro que já havia uma reflexão feita a partir de suas vivências.

Um dos movimentos feitos para apoiar a percepção do conceito de convivência com o Semiárido pelos jovens e professoras/educadoras, foi apresentando os aspectos que dão sentido à convivência enquanto análise já feita pela pesquisadora para validação junto aos grupos de discussão comunicativos. Para se chegar as percepções, questionou-se então o que cada uma/um entendia por convivência com o Semiárido, após primeira explanação.

Notou-se a presença de menções que indicam: tecnologias, ações, populações, características físicas, agricultura familiar, expectativas, trazendo a diversidade de elementos que esse conceito engloba. Ao se observar o conceito adotado para efeitos dessa pesquisa, em comparação com as falas dos jovens, percebeu-se que as expressões dos sujeitos enfocaram duas dimensões: a dimensão do reconhecimento do ambiente e a dimensão da sua transformação, como pode ser visto no quadro abaixo, que está organizado a partir do conceito construído por Malvezzi.

Quadro 2: Conceitos de convivência com o Semiárido pelo olhar dos jovens e professoras/educadoras

Conceito de convivência	Dimensões conceituais	Expressões presentes nas falas dos jovens e professoras/educadoras
Compreender como o clima funciona, respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes.	Dimensão do reconhecimento ambiente do Semiárido.	Semiárido, consciência, caatinga, estereótipos, respeito, realidade, aceitar, estiagem, campo, identidades, agricultores.
Interferir no ambiente. Adequar-se a ele. Adaptar-se de forma inteligente. Introduzir novas culturas, promover o resgate e a construção de relações de convivência entre as pessoas e a natureza, melhorar a qualidade de vida da população.	Dimensão da transformação do Semiárido	Convivência, agroecologia, formação, intercâmbio, possibilidades, evoluir, alternativas, oportunidade, ideia, independência, adaptáveis, estratégia, valorização.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2017)

Em linhas gerais, o quadro apresentado trouxe uma forma de pensar o conceito de convivência com o Semiárido, a partir da interpretação de sujeitos que se utilizam dessa referência em suas ações cotidianas. Os conteúdos apontados pelos jovens e pelas educadoras/professoras, além de apresentarem uma compreensão geral sobre o tema, traduzem alguns de seus princípios, a partir da exemplificação que foi percebida no decorrer das suas falas.

Para refletir as especificidades apresentadas nos conceitos apontados pelos Grupos de Discussão Comunicativos da Metodologia Comunicativa Crítica, se tomou como referência os sentidos da convivência com o Semiárido, desenvolvidos por Silva (2012), já descritos anteriormente. Nos itens seguintes, estão extraídas as principais ideias relacionadas a cada um desses sentidos, que integraram as reflexões dos participantes desta pesquisa, conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 3: Sentidos da convivência e expressões relacionadas pelos jovens e educadoras/professoras.

Sentidos da Convivência com o Semiárido	Expressões nas falas dos jovens e educadoras/professoras
Convivência com o meio ambiente.	Remetem à preservação da Caatinga, o cultivo através de princípios agroecológicos, o desenvolvimento de ações sustentáveis e viáveis para os períodos de estiagem; estocagem de recursos naturais, em especial a água e sementes nativas.
Economia da convivência.	O aspecto que aparece com mais força é agricultura familiar, como possibilidades de geração de renda.
Convivência com a qualidade de vida.	Viver o bem comum a partir de relações igualitárias entre homens e mulheres principalmente no campo.
Cultura da convivência.	Foi apontada a história de negação de direitos à população do Semiárido, em função de processos de dependência política; Valorização de sua cultura local cheia de manifestações populares;

Dimensão política.	Grupos da sociedade civil organizada em associativismo que articulam projetos para suas comunidades.
--------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2017)

A partir do quadro anterior e das respostas trazidas pelos participantes da pesquisa, percebeu-se o quanto é intensa a sua identificação com os sentidos ambientais e culturais da convivência com o Semiárido. Da maneira como o conjunto de informações se apresentou, perceberam-se nas expressões sobre aspectos históricos e culturais, as mesmas dimensões verificadas no aspecto geral de convivência com o Semiárido: dimensão do reconhecimento e dimensão da transformação. Ou seja: quando os jovens trouxeram os aspectos ligados a uma imagem negativa do Semiárido, tais como cultura de dependência política, negação de direitos, estavam se referindo à dimensão do reconhecimento do contexto histórico e cultural ao qual o Semiárido esteve submetido durante séculos.

Ao mesmo tempo, em suas falas, foi possível constatar a percepção da transição entre reconhecer um passado histórico de opressão, em contraposição às transformações atuais, visíveis nas tecnologias sociais presentes, nos comportamentos e nas práticas culturais diversas, e que transformam o olhar da própria população sobre a região, a partir do seu olhar sobre si, sobre o manejo de sua produção, e sobre as novas formas de produzir, de modo a garantir adequação ambiental, conservação da vegetação, estocagem de água e alimentos, entre outros exemplos, que melhoram sua autoestima e seu olhar sobre a região.

Conclusão

Os documentários investigados foram resultados do Projeto Semiárido em Tela que realizou atividades educomunicativas junto aos jovens e professoras/educadoras/mães em quatro comunidades do Semiárido. Mais do que saber e ensinar a utilizar e produzir vídeo ou qualquer outra mídia, o trabalho de mediação em produções coletivas de comunicação na perspectiva da Educomunicação estudados neste artigo tem a ver com o pensamento e a ação de quem, por razões históricas, tem compromisso com a alteração de modos de convivência

social pautados pelas diferentes formas de injustiça praticada no passado e no presente do Semiárido.

As propostas de melhorias levantadas após a realização deste estudo junto às quatro comunidades são entendidas por elas como necessárias às suas realidades locais, tais como: Fomentar uma educação contextualizada para potencializar as diversidades que só tem e dá na região; Desenvolver formações que discutam as relações de gênero; Incentivar e estimular a organização das comunidades em associativismo; Fomentar práticas agroecológicas como sendo mais apropriadas ao Semiárido; Democratizar os meios de comunicação para descentralizar as narrativas e promover a pluralidade de vozes.

Os participantes reforçaram ainda que as formações são fundamentais para que cada vez mais os moradores do Semiárido possam conhecer que existem dois paradigmas na região e que as ações de convivência são as que estão em maior diálogo com o que eles buscam enquanto melhorias de condições de vida para suas comunidades. Diante dessas reflexões, acreditamos que a educação apresenta maior potencialidade se pensada não somente tendo a visão crítica como instrumento de emancipação, mas também a partir de uma práxis pautada em relações dialógicas, o que foi indicado pelos jovens ao dizerem da necessidade de diálogo para a construção de acordos e consensos nos processos de entendimento sobre o Semiárido.

A partir destas análises compreendemos que há um maior número de elementos transformadores presentes nos documentários do Semiárido em Tela que caracterizam o paradigma de Convivência em relação aos da Política de Combate à Seca. Em relação aos elementos que causam obstáculos aos dois paradigmas, apontam algumas dificuldades ainda na compreensão de assuntos como o reconhecimento de um Semiárido diversificado, mas que se reduz a partir de uma perspectiva sudelista e ou sulista, quando feitos de comparativos. Isso distancia o olhar sobre os valores e costumes próprios que constroem uma identidade cultural muito específica e genuína da região Semiárida.

Referências

Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Oficinas regionais de comunicação - fotografia. *Relatório Síntese*. Recife: [s.n], 2013.

CONTI, Irio Luiz. PONTEL, Evandro. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I.L. SCHROEDER, E.O. (Org.). *Convivência com o Semiárido* – autonomia e protagonismo social. Brasília: IABS, 2013. Série Cooperação Brasil- Espanha.

FLECHA, R. GÓMEZ, J. PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Barcelona. Paidós, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiro, 1959. 39p. Discursos de Celso Furtado no Iseb.

_____. *Seca e poder: Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GABASSA, Vanessa. *Contribuições para a transformação das práticas escolares: racionalidade comunicativa em Habermas e dialogicidade em Freire*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2007.

GÓMEZ, Jesus; LATORRE, Antonio; SÁNCHEZ, Montse y FLECHA Ramón. *Metodología Comunicativa Crítica*. Barcelona: El Roure Editora, 2006.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria do Agir Comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Teoria do Agir Comunicativo, 2: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

LOPES, Grácia Lima. *Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação, na perspectiva da educomunicação*. Tese (Doutorado-Programa de Pós Graduação em Educação. Área de concentração: Cultura, Organização e Educação). 135p. São Paulo. USP, 2009

MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MELLO, Roseli Rodrigues de. *Metodologia de Investigação Comunicativa: contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola com e para todas e todos*. 29ª Reunião Anual da ANPED, GT Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, 2006.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Comunidades em tempo de redes*. In: Comunicação e movimentos populares: quais redes? São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

POLITO, André Guillerme. *Michaelis*: moderno dicionário da língua portuguesa. 5ª. Ed. São Paulo. Editora Melhoramentos. 2009.

SILVA. Alamo Pimentel Gonçalves da. *O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no Semiárido brasileiro*. 2002. Tese. (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido*: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília. 2006. Tese. (Doutorado)–Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

_____. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido*: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. (2000a) *Educomunicação*: um campo de mediações. Revista Comunicação & Educação n o 19. São Paulo, Segmento/ECA/USP, ano 7, p.12-24, set./dez. 1996.

_____. *Educomunicação*: O conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SCHAUN, Angela. *Educomunicação*: reflexões e princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

Sobre as autoras

Raquel da Silva Santos - Jornalista, Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Sandra Raquew dos Santos Azevedo - Jornalista, Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).